

POLÍTICA

Deputado quer reaparelhar o Congresso

O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho, enviou relatório ao primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, Luis Henrique (com cópias para os presidentes das duas Casas do Congresso e suas lideranças) reclamando o aparelhamento daquele organismo em instalações físicas e estrutura com assessores de alto nível de forma "a dar paridade ao Congresso com o Executivo no trato de questões relacionadas com a preparação e a execução da política orçamentária".

O deputado Cid Carvalho, que justifica a preparação desse relatório como necessária para "preservar sua responsabilidade", lembra no documento que a Constituição de 1988 deu ao Poder Legislativo "a prerrogativa de apreciar os projetos de lei que estabelecem o plano plurianual; as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais e os créditos adicionais", sustentando que, para desempenho dessas atribuições, faz-se necessário dotar a Comissão de Orçamento da estrutura indispensável.

"A apreciação pelo Congresso Nacional desse conjunto de matérias orçamentárias é a expressão maior da vontade nacional de construir a democracia em nosso país", lembrando que, "historicamente, a exclusão dessa competência do Poder Legislativo tem se constituído entre as primeiras providências dos regimes ditatoriais. "Passadas" duas décadas de completa abstinência na matéria, retoma o Congresso a sua prerrogativa maior e, como legítimo representante das forças políticas da Nação, volta a participar da formulação da política econômica e da definição das prioridades públicas".

— Esse prolongado vazio — diz Cid em seu relatório — não obstante os esforços da Comissão Mista de Orçamento para apreciar e emitir parecer sobre o Orçamento Geral da União para 1989, nas condições mais adversas possíveis, surpreendeu o Congresso Nacional ao retomar as suas prerrogativas constitucionais. Se a recuperação dessa prerrogativa se deu num ano de conjuntura particularmente difícil, coincidindo o envio do Orçamento Geral da União ao Legislativo com o momento em que deputados e senadores se empenhavam em ultimar os trabalhos constituintes, seguindo-se as eleições municipais e o recesso parlamentar, o reencontro do Congresso com as matérias orçamentárias flagrou este Poder desprovido de recursos humanos e materiais para o desempenho de sua missão constitucional.

A Comissão de Orçamento existia durante o reinado do autoritarismo, mas não passava de "um órgão meramente carimbativo que se reunia ocasionalmente em dependências de outras comissões". Dela nada se exigia. Por isso não havia razão nenhuma para que as assessorias econômicas das duas Casas do Congresso se incorporassem, se desenvolvessem e se dinamizassem, porque nada lhes era solicitado. Sua atrofia, segundo Cid, seu esclerosamento, foi consequência natural "do longo período de letargia imposto ao Parlamento brasileiro".

Diante desse quadro, diz que muitos foram os esforços desta presidência para implantar a Comissão Mista de Orçamento, que tem 60 membros titulares e mais duas dezenas de suplentes. A Comissão inicialmente improvisou sua sede no Anexo III, ocupando depois as instalações da Comissão de Economia.

Afirma Cid Carvalho que, para o ano legislativo que se inicia, a improvisação não pode ser a norma. Além do Orçamento Geral da União para o próximo ano, a Comissão de Orçamento terá a seu cargo todas as demais atribuições que lhe foram conferidas pelo novo texto constitucional — o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os créditos adicionais, os orçamentos das empresas estatais, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária deste ano e a apreciação das contas do Presidente da República.